MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – MPMG

CONCURSO PÚBLICO
Nº 1/2022

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

Analista do Ministério Público – Medicina: Cardiologia

Manhã

Tipo 3 - AMARELA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CARGO/ESPECIALIDADE: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – MEDICINA: CARDIOLOGIA

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Democracia

O conceito de democracia como "poder do povo" surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C. O termo *demokratia* é composto dos vocábulos demos, "povo", e *kratos*, "poder". A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.

No entanto, o exato significado de "poder do povo" depende do período histórico e da sociedade que se tem como referência, assim como de diferenças conceituais e ideológicas. Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados, de homens e mulheres adultos etc.

Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo). Outras a aplicam também a áreas da vida econômica (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), social (decidir sobre leis que tratem da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde).

Essas diferenças indicam que as concepções de democracia sofrem influência de diferentes matizes ideológicos. Nas sociedades em que a participação popular nas decisões governamentais é significativa, o alcance da ideia de democracia perpassa as diferentes esferas da vida social. Há ainda casos de nações que pretendem impor seu sistema de democracia a outros povos, como ocorre nas intervenções armadas estadunidenses em outros países.

Quais seriam, então, as características necessárias para um governo democrático? É bastante difundida, em nossa sociedade, a ideia de que todos os indivíduos devem ter direitos e deveres iguais, quaisquer que sejam sua classe social, seu gênero, sua etnia. Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, que buscam reconhecimento e aceitação, bem como o atendimento de seus interesses.

O conceito de povo como coletividade que compartilha direitos e deveres considerados essenciais surgiu no período histórico denominado Idade Contemporânea (que começa com a Revolução Francesa, no fim do século XVIII). A partir do momento em que os seres humanos passam a ser vistos como juridicamente iguais é que se pode pensar em democracia, em um governo de todos, "do povo, pelo povo e para o povo".

A democracia, no entanto, não foi o sistema político predominante na história. Desde sua formação, em Atenas, até o século XIX, poucos governos adotaram e, nos últimos séculos, a ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta à luta dos diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Portanto, ela sempre foi uma conquista das sociedades, não uma concessão das classes dominantes.

(Sociologia em movimento. – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2016. Vários autores.)

Questão 01

***"Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo)."* (3º§) Em relação à estrutura anterior, pode-se afirmar que:**

A) Caso a expressão "*diz respeito*" fosse substituída por "faz referência", o emprego da crase seria facultativo.
B) O verbo "*haver*" pode ser reconhecido como verbo impessoal podendo ser substituído pelo verbo "ter", no uso coloquial.
C) O vocábulo "*apenas*" atua como modalizador discursivo cuja carga semântica remete à ideia de exclusão versus inclusão.
D) A forma verbal "*defendem*" constitui, com o verbo "haver", uma locução verbal cuja concordância é estabelecida com o pronome que promove a manutenção do referente.

Questão 02

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual, observe as propostas de reescrita para o trecho em destaque e indique a sugestão em que a coesão foi mantida conforme observa-se no texto original.

"A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]*"* (1º§)

A) A democracia pressupondo a existência de um governo, seja direto ou indireto, da população [...]
B) Assim, a democracia – regime político – pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
C) Assim, a democracia como um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
D) A democracia é, assim, um regime político. Tal regime, pressupõe a existência, indiretamente, de um governo direto da população [...]

Questão 03

A partir do efeito de sentido produzido pelas relações estabelecidas no interior da frase e, ainda, em relação ao período imediatamente anterior; pode-se afirmar que o segmento destacado a seguir: *"A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município."* (1º§) apresenta:

A) Determinado propósito em relação ao fato expresso no período anterior.
B) Indicação da introdução de um exemplo do conceito explorado anteriormente.
C) Concordância conclusiva que parte de um conceito inicial e remete à aplicação prática deste.
D) Conclusão do que seria, de fato, o conceito democrático por meio da exploração de ideias distintas.

Questão 04

A expressão empregada para introduzir o 2º§ do texto indica:

A) Anulação das ideias expostas no parágrafo anterior.
B) Relação de concessão mediante o conceito de democracia apresentado.
C) Um nível maior de importância das informações e ideias expressas no 1º parágrafo sobre as do 2º parágrafo.
D) Expressão de uma ressalva mediante o exposto anteriormente em relação à circunstância expressa no parágrafo.

Questão 05

A expressão destacada a seguir em: *"em um governo de todos, 'do povo, pelo povo e para o povo'."* apresenta concepções diferentes de acordo com o efeito produzido pelos conectivos que antecedem o substantivo "povo". Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta o sentido correto para cada uma delas, sequencialmente conforme apresentam-se no enunciado.

A) Origem; destinação; propósito.
B) Condição; elemento partitivo; modo.
C) Prerrogativa; indicação do agente; finalidade.
D) Relação com o assunto; meio; em benefício de.

Questão 06

Pode-se inferir que o 5º§ é introduzido por um questionamento que:

A) Apresenta uma resposta que denota a perspectiva do enunciador.
B) Atua como recurso de expressão retórico, promovendo a reflexão sobre o assunto.
C) Tem como objetivo a obtenção de uma resposta de acordo com as reflexões propostas.
D) Reforça as críticas feitas anteriormente às questões políticas, econômicas e sociais relacionadas à democracia.

Questão 07

Considerando a aplicação da norma padrão da língua, assinale a afirmativa correta.

A) Em substituição a *"Outras a aplicam* [...]*"* (3º§), estaria correta a proposta da seguinte redação: "Outras aplicam-lhe [...]", sendo preservado o mesmo nível de formalidade do trecho original.
B) Em *"Há os que defendem a ideia de democracia* [...]*"* (3º§), se em lugar da expressão "ideia de democracia" houvesse apenas "democracia", o "a" antecedente, obrigatoriamente, seria craseado.
C) Em *"*[...] *questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto* [...]*"* (3º§), pode-se assegurar que os três termos destacados apresentam equivalência morfológica.
D) Em *"Outras a aplicam também a áreas da vida econômica* [...]*"* (3º§), os termos destacados são equivalentes quanto ao significado; assim o primeiro "a" poderia ser omitido conferindo maior objetividade ao segmento.

Questão 08

Em relação às ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

A) Tanto a economia quanto a política dependem de que a concepção de democracia esteja presente para que sejam estabelecidas em uma engrenagem social.
B) Embora o conceito de democracia esteja diretamente relacionado à ideia de "poder do povo", tal pressuposto mostra-se exclusivamente como uma ideia teórica.
C) As várias concepções de democracia citadas no texto remetem ao período histórico da sociedade, sendo o fator temporalidade determinante e imprescindível para que haja tais distinções.
D) O fato de o alcance da ideia de democracia estar relacionado a segmentos distintos constituintes da sociedade permite reconhecer a proporcionalidade quanto ao nível de envolvimento da população em questões específicas.

Questão 09

De acordo com o emprego no 4º§ do determinante *"Essas"* e sua função discursivo-textual, pode-se afirmar que tal vocábulo:

A) Informa a relação com a pessoa do discurso.
B) Estabelece uma relação de vínculo com as pessoas do discurso.
C) Indica que o termo designado possui referente já introduzido no texto.
D) Atribui relevância específica ao termo "diferenças" em relação ao enunciado.

Questão 10

Em um dos trechos a seguir, pode-se observar a perspectiva do enunciador acerca do assunto referido; indique-o.

A) *"Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade."* (3º§)
B) *"O conceito de democracia como 'poder do povo' surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C."* (1º§)
C) *"Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos,* [...]" (2º§)
D) *"Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos,* [...]*"* (5º§)

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

Leia atentamente o excerto a seguir.

"Atualmente existem inúmeros projetos em andamento no Brasil, decorrentes do que se denomina programas de governo. Os programas, em tese, são selecionados a partir das necessidades da sociedade e contemplados nos Planos Plurianuais dos entes federativos, cujos órgãos executores tratam de elaborar os projetos preliminares, algumas vezes carentes de especificações e conhecimentos técnicos mais profundos. São essas carências na elaboração dos projetos que, após as licitações, ensejarão ajustes nos cronogramas físico-financeiros, gerando atrasos por falta de especificações técnicas, falta de materiais e equipamentos, falta de licenças legais e ambientais, extrapolação orçamentária e, ainda, falhas decorrentes da descentralização de recursos orçamentários entre União, Estados e Municípios, não devidamente consultados ou informados dos projetos, dentre outras causas possíveis."

São considerados fatores que podem impactar positivamente a gestão de projetos na administração pública:

A) Falha na averiguação de registro de propriedade de imóveis públicos antes do processo licitatório.
B) Existência de metodologia para elaboração e gestão de projetos integrados com ações de engenharia, ações sociais e ações ambientais.
C) Inexistência de recursos por parte de um ou mais entes federativos para contratação e elaboração de planos e projetos integrados.
D) Existência de normas de regularidade fiscal que impedem o repasse de recursos a alguns municípios carentes, em débito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 12

"Existem diferenças intrínsecas entre empreendimentos públicos e empreendimentos privados. Essas diferenças devem ser de pleno conhecimento do servidor público, tanto na etapa de idealização quanto na implantação de escritórios de projeto, formação de equipes e execução de projetos. As esferas de governo federal, estadual e municipal são formadas por inúmeros órgãos, segmentos e pessoas (que não somente os agentes públicos); esses atores nem sempre compartilham os mesmos objetivos e, menos ainda, concordam na forma de gestão para alcançá-los." São peculiaridades inerentes à administração pública que o servidor deve considerar quando da idealização e gestão de projetos, EXCETO:

A) Existências de diferentes órgãos de controle nas diversas esferas de governo.
B) Obediência a leis e normativos infralegais que regulam as contratações públicas.
C) Obrigatoriedade de os recursos financeiros já terem sido devidamente recolhidos aos cofres públicos.
D) Exigência de prestação de contas à sociedade em virtude do princípio da transparência e *accountability.*

Questão 13

Considerando que o PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é um método interativo de gestão utilizado para o controle e a melhoria contínua de processos e produtos, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) As atividades de gestão de processos buscam, também, o estabelecimento de objetivos e metas, se tornando desnecessário o uso de indicadores.
B) Aspecto importante da abordagem de processo é a percepção da visão do cliente. O cliente (no caso da administração pública, o cidadão) não enxerga uma atividade do processo, mas enxerga o produto ou serviço gerado pelo processo, que é o que atende efetivamente sua necessidade.
C) Uma boa gestão de processos afeta positivamente todos os setores de uma organização, uma vez que busca a contínua melhoria das atividades, o atendimento efetivo das expectativas e necessidades dos clientes, facilita a administração do trabalho por parte dos gestores e possibilita a gestão do conhecimento.
D) Para uma organização ser eficaz e eficiente, ela tem que identificar e gerenciar inúmeras atividades interligadas. Uma atividade que usa recursos e que é gerenciada de forma a possibilitar transformação de entradas em saídas é considerada um processo. Regra geral, a saída de um processo é a entrada para o processo seguinte.

Questão 14

Sobre gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir.

I. A forma de gerir os serviços públicos é diferente da adotada no setor privado em virtude de peculiaridades estruturais. Destaca-se que o setor privado é constituído por pessoas (físicas ou jurídicas) que envidam esforços na produção de bens e serviços, os quais trocam por valores monetários que permitem sua sobrevivência. Esse fato justifica os esforços na busca pela eficiência, tendo a lucratividade como objetivo a ser perseguido. No setor público, o objetivo não é o lucro, mas, sim, primordialmente, atender às necessidades da sociedade que, via de regra, é patrocinadora dos meios, via tributos a ela aplicados.

II. Para um gerenciamento de projetos ser minimamente viável, no planejamento devem ser definidos, de maneira clara e detalhada, o objetivo que se pretende atingir, que entregas serão feitas e em qual prazo, quais atividades a cumprir, quais recursos serão empregados e de onde eles virão.

III. Um projeto deve ter um líder, denominado "gerente do projeto". Ele deve ser, obrigatoriamente, um gerente funcional da estrutura burocrática, o que fatalmente se constituirá em considerável desafio e limitações decorrentes das características próprias da gestão de projetos, essencialmente flexíveis e dinâmicas, em contraste com processos altamente normatizados e hierarquizados da administração pública.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) I e III, apenas.

Questão 15

O Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK (2008) do *Project Management Institute* – PMI, assim define projeto: "é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária indica um início e um término definidos. O término é alcançado quando os objetivos tiverem sido atingidos ou quando se concluir que eles não serão ou não poderão ser atingidos e o projeto for encerrado, ou quando não for mais necessário". O PMBOK (2008) estabelece nove áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos definidas em termos dos processos que compõem suas práticas, entradas, saídas, ferramentas e técnicas. Sobre as áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Gerenciamento de escopo: processo de assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o trabalho necessário para terminar o projeto com sucesso.
B) Gerenciamento de comunicação: processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas apropriadamente.
C) Gerenciamento de riscos: processos de planejamento, identificação, análise, planos de contingência e monitoramento, visando aumentar a probabilidade dos eventos positivos e minimizar o impacto dos eventos negativos no projeto.
D) Gerenciamento de recursos humanos: processos que integram os diversos elementos do gerenciamento de projetos, que são identificados, definidos, combinados, unificados e coordenados dentro dos grupos de processos de gerenciamento de projetos.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 16

De acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, analise as afirmativas a seguir.

I. Pedro, empossado em razão de concurso público, não satisfez as condições de estágio probatório. Neste caso, a demissão de Pedro é medida que se impõe.
II. Nilo reingressou no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento, em razão de sentença judiciária passada em julgado. Nilo se enquadra na hipótese de reversão.
III. Cristiano sofreu perda da capacidade funcional decorrente da modificação de seu estado físico, não justificando a aposentadoria. Cristiano, assim, deverá passar por reintegração.

Após análise dos itens, conclui-se que:

A) Uma assertiva está incorreta.
B) Duas assertivas estão incorretas.
C) Todas as assertivas estão corretas.
D) Todas as assertivas estão incorretas.

Questão 17

Analise as descrições de órgãos integrantes do Ministério Público de Minas Gerais a seguir.

I. Será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça em atividade, com mais de cinco anos de carreira e escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por ato normativo, a organização dos expedientes administrativos encaminhados à chefia da instituição.
II. Entre outras atribuições previstas em regulamento, ao órgão incumbe realizar encontros locais e regionais e ciclos de estudo e pesquisa entre membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
III. Compete-lhe estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns.

Considerando as assertivas, assinale a associação correta das definições apontadas, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público.

A) **I.** Conselho Superior do Ministério Público **II.** Central de Apoio Técnico **III.** Secretaria-Geral
B) **I.** Corregedoria-Geral do Ministério Público **II.** Secretaria-Geral **III.** Centros de Apoio Operacional
C) **I.** Secretaria-Geral **II.** Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional **III.** Centros de Apoio Operacional
D) **I.** Gabinete do Procurador-Geral de Justiça **II.** Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional **III.** Central de Apoio Técnico

Questão 18

Tendo em vista as disposições encontradas na Lei Orgânica do Ministério Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos da Constituição Estadual.
( ) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa ou financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.
( ) É de competência do Conselho Superior do Ministério Público representar ao Poder Legislativo para a destituição do Procurador-Geral de Justiça.
( ) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador dentre os membros do Ministério Público do Estado com no mínimo dez anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

A sequência está correta em

A) F, F, V, F.
B) V, V, V, V.
C) V, V, F, V.
D) F, F, F, F.

Questão 19

Gertrudes, Oficiala do Ministério Público, foi notificada acerca da apuração de irregularidades que teria cometido no exercício de suas funções. O inquérito administrativo narra que Gertrudes teria incorrido em duas proibições, a saber: (i) inobservância do dever de assiduidade e (ii) ter criticado certos atos da administração pública, em trabalho por ela assinado, sob o ponto de vista da organização do serviço e com caráter doutrinário. Considerando tal caso hipotético e de acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, é correto afirmar que:

A) Sendo imposta a penalidade de suspensão, esta prescreverá no prazo de cinco anos.
B) A segunda proibição imputada a Gertrudes não encontra respaldo na referida lei estadual.
C) Caso a penalidade a ser imposta a Gertrudes seja de demissão, esta poderá decorrer das conclusões a que chegar o inquérito administrativo, sendo dispensada a instauração de processo administrativo propriamente dito.
D) O inquérito e o processo administrativo são procedimentos que correm de forma unilateral na administração pública, sendo permitido a Gertrudes se manifestar a partir da publicação da decisão do processo em que se impôs a penalidade.

Questão 20

A respeito da organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), consoante previsão do Título II de sua Lei Orgânica, é correto afirmar que:

A) A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão de execução do MPMG.
B) O Colégio de Procuradores de Justiça é considerado órgão auxiliar do MPMG.
C) Os Grupos Especiais de Atuação Funcional são órgãos de administração do MPMG.
D) A Ouvidoria do Ministério Público é um órgão de administração superior do MPMG.

NOÇÕES DE DIREITO

Questão 21

Em um município do país, determinada Lei Orgânica estabeleceu vedação, em todas as instituições municipais de ensino, de adoção e divulgação dos termos "gênero" e/ou "orientação sexual", em sala de aula, ou em atividades culturais dentro da escola. A lei em comento é:

A) Ilegal, malferindo a competência exclusiva da União para legislar sobre as diretrizes da educação nacional.
B) Constitucional e Legal, uma vez que a educação é dever das famílias e do Estado e visa à proteção integral dos infantes.
C) Constitucional, uma vez que o Município tem competência complementar em tema de educação, adaptando-a à realidade local.
D) Inconstitucional, por ofender o princípio da isonomia, reduzindo o campo de ensino e aprendizado dos alunos da rede municipal.

Questão 22

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Em relação à legitimidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

A) O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.
B) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial firmado entre o Poder Público e contribuinte.
D) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal não têm legitimidade para propor recursos de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de suas atribuições; sendo esta atuação privativa do Ministério Público Federal.

Questão 23

A intervenção dos poderes públicos na liberdade de exercício de atividade, ofício ou profissão deve sempre manter correspondência com o objetivo de proteger a coletividade contra possíveis riscos indesejados da própria prática profissional. Considerando o afirmado, assinale a afirmativa correta, que completa o sentido do enunciado.

A) Inviável a limitação do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, conforme normativa constitucional de eficácia plena.
B) A restrição ao exercício profissional, em qualquer circunstância, representa aplicação limitadora de direito fundamental, sendo incompatível com o arcabouço constitucional.
C) As limitações ao livre exercício das profissões serão legítimas somente quando o inadequado exercício de determinada prática representar risco de dano aos participantes da atividade desenvolvida.
D) As incompatibilidades impostas ao exercício da advocacia para servidores do Judiciário e do Ministério Público são consentâneas com o papel conformador atribuído ao legislador em matéria de liberdade de exercício profissional.

Questão 24

O Estado nomeou substituto para o exercício de função delegada de titular de serventia extrajudicial por motivo de vacância, sendo tal nomeação feita a título precário. Pretende o nomeado que a ele não se aplique o teto remuneratório previsto no Art. 37 XI da CF, a saber:

Art. 37... XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Fundamenta sua pretensão no princípio da isonomia, já que os titulares de tais serventias não estão limitados, em suas remunerações, ao teto constitucional; a pretensão do nomeado deve ser:

A) Desacolhida, porque notários e registradores exercem atividade estatal; são titulares de cargo público efetivo, se sujeitando, portanto, ao regime jurídico dos servidores estatutários.
B) Acolhida, sendo evidente que quem exerce a mesma função e tem as mesmas responsabilidades deve poder obter de seu trabalho a mesma remuneração, não sendo relevante a questão do ingresso na atividade através de concurso público.
C) Acolhida, já que o fato de se encontrar vaga a serventia não desnatura o caráter privado dos serviços prestados na interinidade e que de maneira alguma essa circunstância torna o substituto um preposto do Estado, podendo usufruir de remuneração compatível com os ganhos na atividade.
D) Desacolhida, já que, na hipótese, não se aplica o princípio da isonomia, dado não serem comparáveis as situações do notário concursado, o qual assume serventia extrajudicial após ter se submetido a certame público, assumindo os riscos de sua atividade e do substituto, que, na ausência do titular, responde de forma precária e temporária como interino, sem, contudo, ter se submetido a certame público.

Questão 25

Analise as afirmativas a seguir; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) A contratação de pessoal efetivo pela administração pública, sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, culmina na nulidade do ato de admissão.
( ) A publicação na rede mundial de computadores do nome do servidor público com seu respectivo salário não encontra apoio quer na legislação infraconstitucional, quer na constitucional, ofendendo o direito de privacidade.
( ) É possível, à administração pública, inclusive em estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes a cargos públicos em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa.

A sequência está correta em

A) V, V, F.
B) F, V, V.
C) V, F, V.
D) F, F, F.

Questão 26

Maria, Viviane e Vitória, estudantes, travaram discussão durante uma aula de Direito Constitucional com relação à correta classificação das seguintes normas segundo a sua eficácia, de acordo com a doutrina majoritária:

I. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
II. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
III. A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

Maria respondeu que a classificação correta dos itens, sucessivamente, seria contida, plena e limitada. Viviane, por sua vez, disse que o correto seria plena, contida e limitada. Vitória, por fim, afirmou que a classificação certa é limitada, contida e plena. Tendo em vista as informações apresentadas, conclui-se que:

A) As três estudantes estão equivocadas.
B) Maria está correta em sua classificação.
C) Vitória está correta em sua classificação.
D) Viviane está correta em sua classificação.

Questão 27

A respeito da matéria afeta aos contratos administrativos, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. O instrumento de contrato nem sempre é obrigatório, havendo hipóteses em que a administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
II. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a dez mil reais.
III. O contratado terá direito à extinção do contrato, dentre outras hipóteses, no caso de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos, ou de parcelas de pagamentos devidos pela administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 28

Salete, analista do Ministério Público, foi encarregada de analisar a condução de determinado processo administrativo conforme a Lei Estadual nº 14.184/2002. Segundo os ditames de tal diploma legal, é correto afirmar que Salete deverá observar as seguintes regras, EXCETO:

A) É vedada a recusa imotivada de requerimento ou documento, e é dever do servidor orientar o interessado para a correção de falha.
B) Quando o interessado declarar que fato ou dado estão registrados em documento existente em repartição da própria administração, deve esta, de ofício, diligenciar para a obtenção do documento ou de sua cópia.
C) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo terá prosseguimento e será decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilização de quem se omitiu no atendimento.
D) Só será exigido reconhecimento de firma por imposição legal ou em caso de dúvida sobre a autenticidade do documento e a autenticação de cópia de documento pode ser feita por funcionário do órgão em que tramitar o processo.

Questão 29

No que tange aos atos e poderes administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. Atos ablatórios ou ablativos são aqueles que restringem direitos do administrado, tal qual ocorre na cassação de uma licença.
II. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
III. O instrumento disponibilizado à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos traduz a essência de seu poder de polícia.

Assinale a alternativa correta.

A) Uma assertiva está correta.
B) Duas assertivas estão corretas.
C) Três assertivas estão corretas.
D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 30

Nos termos da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar que:

A) Os dirigentes ou administradores da pessoa jurídica somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
B) É indelegável a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.
C) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.
D) A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica afasta a aplicação de penalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O caso hipotético contextualiza as questões 31, 32 e 33. Leia-o atentamente.

Mulher, 76 anos, previamente hígida, referindo dispneia para esforços habituais há três meses, associada à dor torácica e episódios de síncope; realizou ecocardiograma que detectou área valvar aórtica de 0,9 cm², gradiente médio de 30 mmHg e fração de ejeção do ventrículo esquerdo de 55%.

Questão 31

Qual a melhor opção terapêutica, após definição de estenose aórtica importante, considerando risco cirúrgico de 6% (*STS score*)?

A) Clínico.
B) Cirurgia de troca valvar.
C) Valvoplastia percutânea por balão.
D) Tratamento Percutâneo Transcateter (TAVI).

Questão 32

Para definição de estenose aórtica paradoxal, os seguintes critérios devem estar presentes, EXCETO:

A) Volume ejetado menor que 45 ml/m².
B) Escore de cálcio valvar maior que 1.300 AU.
C) Pressão arterial menor ou igual a 140 mmHg.
D) Área valvar aórtica indexada menor que 0,6 cm²/m².

Questão 33

Após realizar o melhor tratamento, qual a terapia medicamentosa mais adequada, conforme as recomendações da Sociedade Brasileira de Cardiologia, considerando a paciente em ritmo sinusal?

A) Varfarina indefinidamente.
B) AAS ou clopidogrel indefinidamente.
C) Rivaroxabana por seis meses, seguido de AAS ou clopidogrel.
D) AAS e clopidogrel por seis meses, seguido de AAS ou clopidogrel.

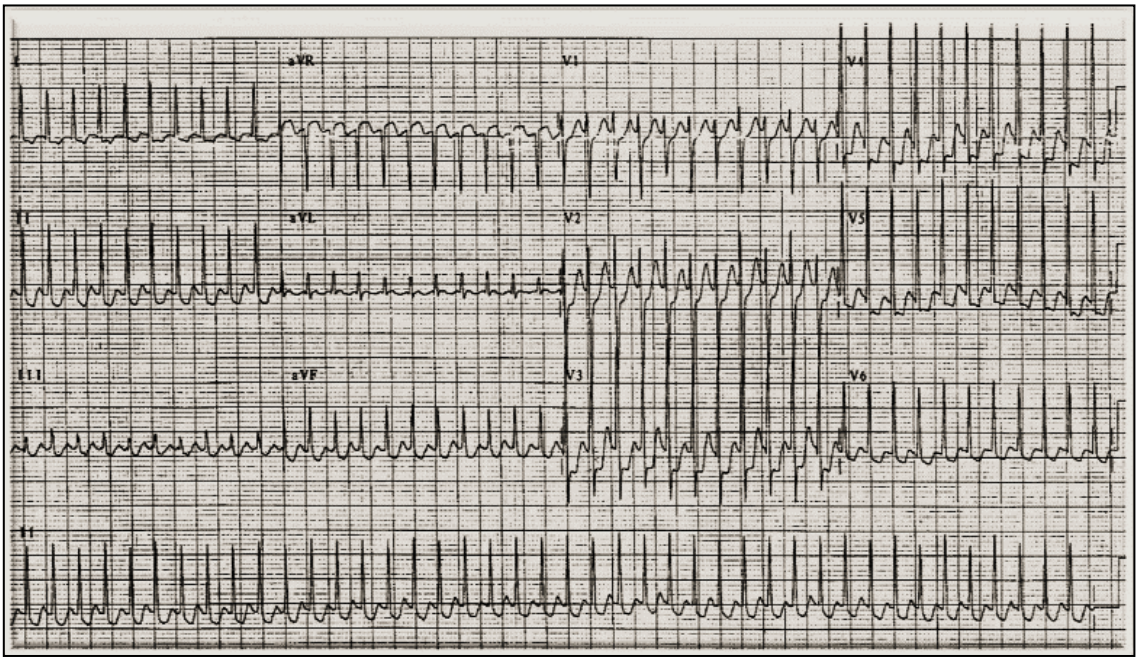
Questão 34

São indicações de cirurgia para o tratamento de endocardite infecciosa em pacientes com valvas nativas, EXCETO:

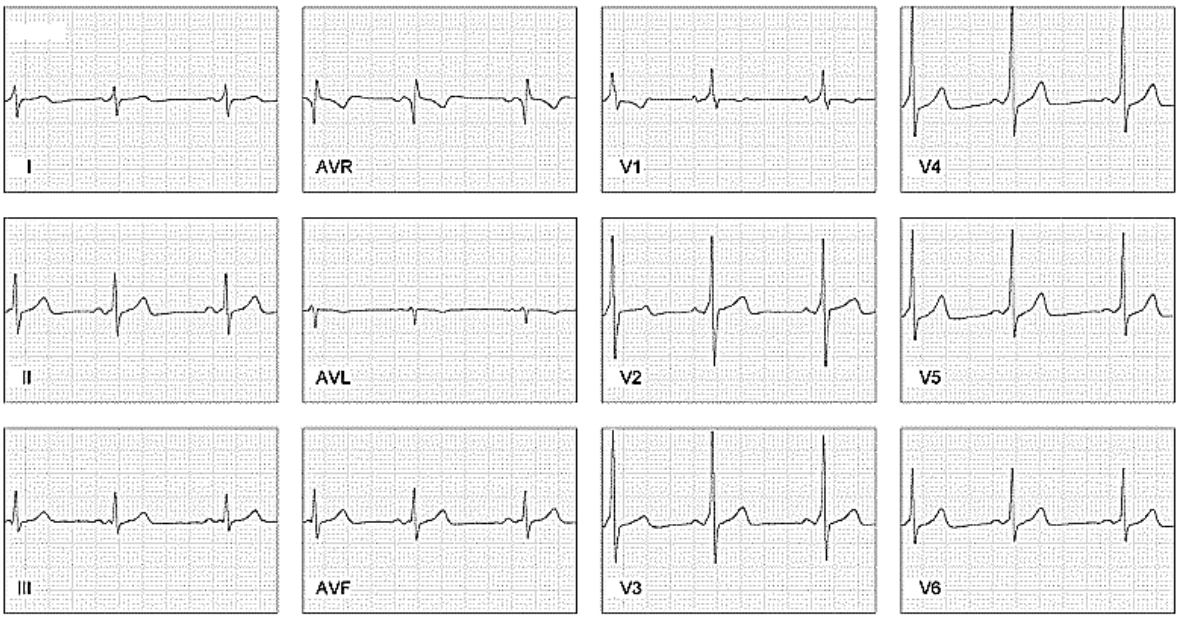
A) Causada por organismos multirresistentes.
B) Presença de pseudoaneurisma no local da infecção.
C) Vegetação maior que 10 mm após um ou mais episódios embólicos.
D) Causada por bactérias Gram-negativas que não pertencem ao grupo HACEK.

O caso hipotético contextualiza as questões 35, 36 e 37. Leia-o atentamente.

Homem, 32 anos, refere palpitações esporádicas há três meses. Iniciou há duas horas quadro de palpitações associada à dor torácica, vindo a procurar o pronto-socorro. Na chegada, encontrava-se estável hemodinamicamente, com o seguinte eletrocardiograma:



Após a conduta inicial, foi realizado o seguinte eletrocardiograma (basal):



Questão 35

Qual a principal medida incluída nas condutas iniciais?

A) Verapamil.
B) Adenosina.
C) Amiodarona.
D) Cardioversão elétrica sincronizada.

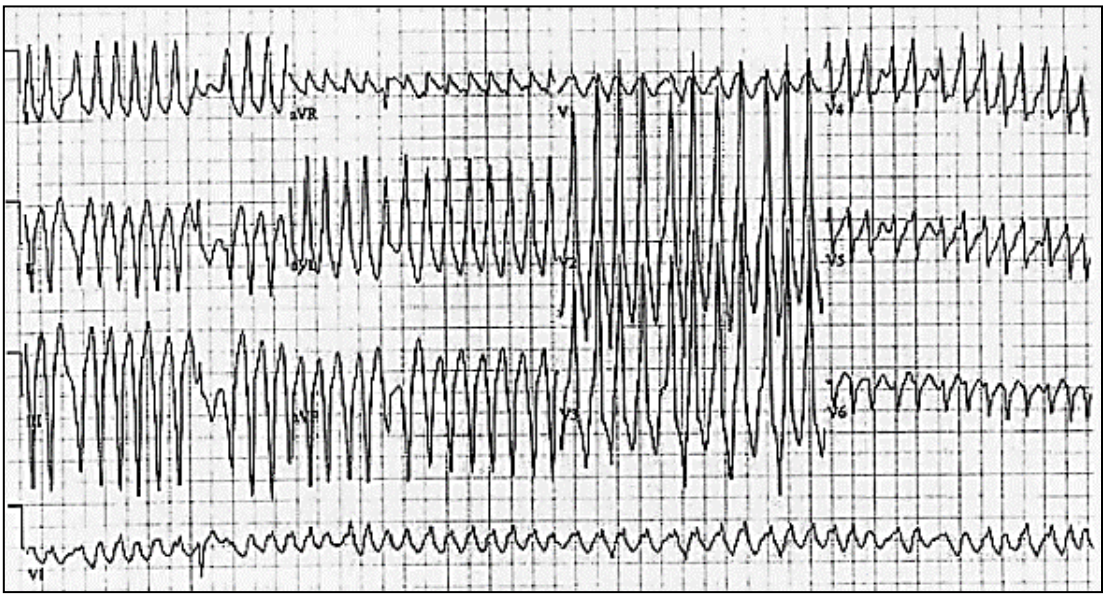
Questão 36

Qual a origem da alteração presente no eletrocardiograma basal do paciente?

A) Ântero-septal.
B) Lateral direita.
C) Póstero-medial.
D) Lateral esquerda.

Questão 37

Aproximadamente em quarenta minutos o paciente evoluiu com recorrência das palpitações, sendo necessário novo eletrocardiograma. Manteve-se estável hemodinamicamente.



Qual a melhor conduta?

A) Adenosina.
B) Desfibrilação.
C) Sulfato de magnésio.
D) Cardioversão elétrica sincronizada.

O caso hipotético contextualiza as questões 38 e 39. Leia-o atentamente.

Homem, 56 anos, refere dor torácica atípica de início há quatro meses e surgimento de dispneia há quatro semanas. Durante avaliação, detectou-se presença de sopro diastólico aspirativo 4+/6, melhor audível em foco aórtico acessório. O eletrocardiograma demonstrou ritmo sinusal e sinais de sobrecarga ventricular esquerda; o ecocardiograma detectou a presença de valva aórtica bicúspide; insuficiência aórtica importante; e, aorta ascendente com 46 mm no seu maior diâmetro.

Questão 38

Qual a melhor opção terapêutica?

A) Troca valvar cirúrgica.
B) Correção de aneurisma de aorta.
C) Tratamento percutâneo transcateter (TAVI).
D) Troca valvar cirúrgica e correção de aneurisma de aorta no mesmo procedimento.

Questão 39

Para o tratamento, optou-se por prótese mecânica. Qual deverá ser o alvo de INR para o paciente?

A) 1,5-2,5
B) 2,0-3,0
C) 2,5-3,5
D) 3,0-3,5

Questão 40

Determinadas condições cardíacas apresentam maior risco de endocardite infecciosa devendo realizar profilaxia antibiótica, quando submetidas a cirurgias de alto risco. São consideradas indicações para profilaxia antibiótica para endocardite infecciosa pacientes com, EXCETO:

A) Prótese valvar transcateter.
B) Episódio prévio de endocardite.
C) Cardiopatia congênita cianótica.
D) Cardiopatia congênita corrigida com *shunt* residual até seis meses do procedimento.

Questão 41

A concentração plasmática de triglicérides e colesterol é sensível às alterações na composição da dieta, particularmente quanto à qualidade e à quantidade de carboidratos e gorduras. Os principais ácidos graxos de origem animal da série ômega 3 são os ácidos eicosapentaenoico (EPA) e docosahexaenoico (DHA). De acordo com as recomendações da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose, sobre o impacto da modificação de hábitos alimentares na trigliceridemia e colesterolemia, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Suplementação com EPA e DHA pode ser recomendada na insuficiência cardíaca.
B) Suplementação com EPA e DHA pode ser recomendada para hipertrigliceridemia leve e moderada.
C) Suplementação com ômega 3 aumenta a concentração plasmática de HDL-colesterol e diminui o LDL-colesterol.
D) Consumo ≥ 2 porções de peixes ricos em EPA e DHA por semana está associado à redução do risco cardiovascular entre indivíduos em prevenção primária e secundária.

Questão 42

Existem vários métodos disponíveis e empregados na rotina dos laboratórios clínicos visando à avaliação quantitativa e qualitativa das lipoproteínas séricas. Esta avaliação depende de diversos fatores, incluindo procedimentos de coleta; preparo da amostra; fatores intrínsecos do indivíduo; e, métodos e procedimentos utilizados pelos laboratórios. Considerando tal contexto, bem como as recomendações da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose, assinale a afirmativa correta.

A) No sistema de punção capilar (*Point-of-Care Testing* – POCT) não é possível quantificar os lípides isoladamente.
B) Na metodologia de punção capilar (*Point-of-Care Testing* – POCT) é possível quantificar o perfil lipídico completo.
C) A dosagem das apolipoproteínas A1 e B-100 oferece vantagens ao HDL-colesterol e ao não HDL-colesterol, respectivamente.
D) Os valores referenciais desejáveis de colesterol total e HDL-colesterol são diferentes e inversamente proporcionais ao tempo de jejum.

O caso hipotético contextualiza as questões 43 e 44. Leia-o atentamente.

Paciente, 55 anos, sexo masculino, diabético, tabagista, comparece ao pronto-atendimento com queixa de dor torácica em aperto, de início há uma hora. Relata diagnóstico prévio de bloqueio de ramo esquerdo. Foi solicitado um eletrocardiograma.

Questão 43

São considerados achados eletrocardiográficos sugestivos de bloqueio de ramo esquerdo, EXCETO:

A) Ausência de onda "q" em D1; V5; e, V6.
B) Deflexão intrinsecoide de 40ms em V4; V5; e, V6.
C) Ondas "S" alargadas com espessamentos e/ou entalhes em V1 e V2.
D) Ondas "R" alargadas e com entalhes e/ou empastamentos médio-terminais em D1; aVL; V5; e, V6.

Questão 44

De acordo com os critérios de *Sgarbossa*, são considerados achados eletrocardiográficos sugestivos de infarto agudo do miocárdio em pacientes com bloqueio de ramo esquerdo, EXCETO:

A) Depressão do segmento ST de 2,0 mm em V1; V2; e, V3.
B) Elevação do segmento ST de 6,0 mm em discordância com QRS/T.
C) Elevação do segmento ST de 2,0 mm em concordância com QRS/T.
D) Depressão do segmento ST de 2,0 mm em discordância com QRS/T em DI; DII; e, aVL.

O caso hipotético contextualiza as questões 45 e 46. Leia-o atentamente.

Paciente, 78 anos, sexo feminino, tabagista, dislipidêmica, apresenta quadro de dor precordial em aperto, associado à sudorese e parestesia do membro superior esquerdo. Os sintomas se iniciaram há quarenta e cinco minutos. Encontra-se estável hemodinamicamente. O eletrocardiograma (ECG) identificou supradesnivelamento do segmento ST nas derivações V3, V4, V5 e V6. Função renal preservada.

Questão 45

Considerando as recomendações das Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre o Infarto Agudo do Miocárdio com Supradesnível do Segmento ST, como deverá ser feita a anticoagulação da paciente?

A) Não está indicada anticoagulação.
B) Iniciar com 0,75 mg/kg de enoxaparina subcutânea a cada doze horas.
C) Realizar 80 UI/Kg de heparina não fracionada por via intravenosa em bólus, seguido de 18 UI/kg/h.
D) Realizar 30 mg de enoxaparina por via intravenosa em bólus, seguido de 1 mg/kg de peso subcutâneo a cada doze horas.

Questão 46

Após o tratamento e a evolução inicial satisfatória, a paciente será submetida à estratificação de risco Pós-Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). De acordo com as recomendações das Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre o infarto agudo do miocárdio com supradesnível do segmento ST, são consideradas contraindicações para a realização de teste de esforço após IAM, antes da alta hospitalar, EXCETO:

A) Pericardite.
B) IAM há quatorze dias.
C) Presença de trombos em câmaras cardíacas.
D) Distúrbios da condução (bloqueio atrioventricular de II e III grau, bloqueio de ramo esquerdo de alto grau) após setenta e duas horas.

Questão 47

As dificuldades para estabelecer os padrões eletrocardiográficos normais das crianças decorrem de uma série de aspectos, que devem ser sempre considerados na análise do ECG pediátrico. Uma das variáveis que sempre deve ser considerada é a idade da criança. De acordo com as orientações das III Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Análise e Emissão de Laudos Eletrocardiográficos, sobre o eletrocardiograma na população pediátrica, assinale a afirmativa correta.

A) No *situs solitus*, o eixo da onda "P" está ao redor de + 120°.
B) A presença de onda "q" em V1 deve ser considerada fisiológica.
C) A onda "q" está presente em V6 na maior parte das crianças com idade superior a um mês.
D) Nas primeiras quarenta e oito horas de vida, a onda "T" costuma ser negativa em V1, tornando-se positiva depois de três a sete dias.

Questão 48

A onda "U" é uma pequena deflexão que se inscreve após a onda T. A amplitude da onda "U" normal é geralmente proporcional à da onda T e corresponde de 5% a 25% do total desta. De acordo com as orientações das III Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Análise e Emissão de Laudos Eletrocardiográficos, a onda "U" tem sua gênese atribuída a:

A) Potenciais residuais precoces do septo.
B) Polarização precoce das fibras de *Purkinje*.
C) Repolarização acelerada dos músculos papilares.
D) Pós-potenciais de atividade gatilho (*triggered activity*).

Questão 49

A Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) é o melhor preditor de risco cardiovascular do que a pressão arterial do consultório. Além disso, a média ambulatorial da pressão arterial de vinte e quatro horas tem uma melhor relação com eventos coronários e acidente vascular encefálico. Portanto, é importante reconhecer as circunstâncias nas quais está indicada a realização do MAPA. Analise as seguintes situações:

I. Indivíduos com resposta exacerbada da pressão arterial ao exercício.
II. Avaliação de sintomas sugestivos de hipotensão durante o trabalho.
III. Investigação de hipotensão postural e pós-prandial.
IV. Confirmação do diagnóstico de hipertensão arterial resistente.

De acordo com as recomendações das Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2020), está indicada a realização de MAPA em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) I, II e III, apenas.

Questão 50

A estratificação do risco cardiovascular dos indivíduos assintomáticos mais predispostos é crucial para a prevenção efetiva, com a correta definição das metas terapêuticas individuais. Atribuição intuitiva do risco frequentemente resulta em sub ou superestimação dos casos de maior ou menor risco, respectivamente. Para contornar esta dificuldade, diversos algoritmos têm sido criados, baseados em análises de regressão de estudos populacionais, por meio dos quais a identificação do risco é substancialmente aprimorada.

(Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017.)

Considerando a diretriz citada, analise as afirmativas a seguir.

I. A dosagem da proteína C-reativa ultrassensível pode ser empregada na estratificação de risco cardiovascular e possui capacidade de reclassificação nos indivíduos de risco intermediário.
II. Considerando indivíduos de muito alto risco cardiovascular, o LDL-colesterol deve ser reduzido para < 50 mg/dL e o não HDL-c < 80 mg/dL.
III. Recomenda-se tratamento medicamentoso visando à elevação dos níveis de HDL-colesterol, sendo o ezetimibe a droga de escolha.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

DISCURSIVA/REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações).	6	De 0 a 1,5 – Ruim De 1,6 a 3 – Regular De 3,1 a 4,5 – Bom De 4,6 a 6 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	6	De 0 a 1,5 – Ruim De 1,6 a 3 – Regular De 3,1 a 4,5 – Bom De 4,6 a 6 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO.	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova	**20 pontos**	

Texto I

Segurança na *internet*: como agir para prevenir que crianças e adolescentes sejam vítimas de crimes virtuais?

Antes mesmo do início da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, crianças e adolescentes já utilizavam diariamente aparelhos eletrônicos com livre acesso à *internet* e, consequentemente, às redes sociais. Após o início da pandemia, esse uso passou a ser mais intenso, pois esses ambientes virtuais se tornaram o principal âmbito de socialização e compartilhamento de informações.

Apesar de o artigo 227 da Constituição Federal vigente versar sobre o dever dos familiares, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças e adolescentes direitos básicos e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, o ambiente virtual ainda é um local pouco regulamentado. O cuidado extra que deveria vir das leis deve partir dos familiares, que podem orientar as crianças para um consumo consciente do meio virtual.

(O povo. 17 de novembro de 2021.)

Texto II

A geração atual de adolescentes cresceu com a oportunidade de usufruir diretamente da tecnologia que invadiu nossas casas e nossas vidas, principalmente no que tange à comunicação, se tornando de uso obrigatório no dia a dia.

Essa comunicação digital apresenta aspectos positivos e negativos. Ao mesmo tempo em que permite o acesso à informação, também expõe crianças e adolescentes à ação de criminosos na *internet*. Assim, a criação de conteúdo sensível armazenado pelos próprios adolescentes em seus celulares, *smartphones*, *notebooks* e *tablets*, acaba alcançando dimensões inesperadas e desastrosas quando compartilhados na rede.

A Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso X, declara que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas". Entretanto, como reparar esse dano diante de um mecanismo tão poderoso como a *internet*, que pode eternizar o compartilhamento de imagens e vídeos que degradam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de crianças e adolescentes vítimas de crimes virtuais, ainda mais diante de um terreno sem fronteiras, do ponto de vista tecnológico?

A sociedade e a comunidade possuem o dever de zelar pelo bem-estar e pela integridade física e moral desses jovens. É por isso, que, atualmente, se torna imprescindível a criação de mecanismos e de políticas que visem prevenir e coibir o compartilhamento de conteúdo de caráter sexual e íntimo na *internet*, a fim de evitar desfechos trágicos na vida de crianças e adolescentes.

(GONÇALVES, Priscila de Fátima. Disponível em: https://www.fdsm.edu.br/arquivos/iniciacao-cientifica/anais-2014/artigos/20.pdf /.)

Texto III

MPMG alerta: invasão de perfis no *Instagram* é um dos crimes cibernéticos de maior incidência neste início de 2022

Um crime cibernético tem chamando a atenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) neste início de ano: a invasão de perfis na rede social Instagram. De acordo com levantamento bruto de dados realizado pela Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPMG (Coeciber), somente em janeiro de 2022 foram registradas 388 ocorrências de acessos indevidos seguidos de golpes para obtenção de valores no estado de Minas Gerais. Esse número é quase 4 vezes maior do que a média do segundo semestre de 2021, que foi de 104 casos por mês. "Este é um dos golpes cibernéticos de maior incidência neste início de ano", diz o coordenador da Coeciber, promotor de Justiça Mauro Ellovitch.

(Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-alerta-invasao-de-perfis-no-instagram-e-um-dos-crimes-ciberneticos-de-maior-incidencia-neste-inicio-de-2022-8A9480677DC8F680017ED8D030C670F7-00.shtml.)

Texto IV

(Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/campanha-nacional-alerta-pais-e-responsaveis-sobre-riscos-para-criancas-e-adolescentes-na-internet-como-pornografia-infantil-e-pedofilia.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Prevenção e combate aos crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes".

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.

4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Folha de Respostas (Gabarito) e a Folha de texto definitivo (prova discursiva) devidamente assinado em local específico.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.